

Paraná, um território em disputa (1982-2010)

Cleiton Costa Denez, Sergio Fajardo e Márcia da Silva

Resumo

Este trabalho se pauta, por meio de revisão bibliográfica e dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na disputa do território paranaense entre 1982 e 2010 por grupos políticos partidários. Identificou-se, nesse período, as principais frentes de poder que aglutinaram forças, partidos e segmentos sociais para a disputa do executivo estadual e do território paranaense, com o objetivo de normatizar e organizar a sociedade e o território de acordo com os interesses do bloco de poder. A partir da contextualização histórica é possível constatar a presença de duas frentes políticas antagônicas no período e identificar sua forma, conteúdo e intencionalidades. A frente *lernista* versus a frente *requiainista* que se alternaram em ciclos no governo do estado do Paraná.

Palavras-chave: partido político; grupos de poder; governo.

Abstract

This study assesses, through a bibliographic review and data from the Regional Electoral Courts (TRE), party political groups' particularities and disputes over the territory and government of Paraná from 1982 to 2010. The main power fronts that brought together forces, parties and social segments to the dispute between the state executive and the territory of Paraná, in order to regulate and organize society and territory in accordance with the interests of the power bloc were identified. From the historical contextualization, one can notice two antagonistic political fronts in the period as well as their form, content and intentionality: the *lernista* front and the *requiainista* front have alternated in cycles in the state government of Paraná.

Keywords: political party; groups of power; government.

Artigo recebido em 6 de março de 2018; aceito para publicação em 13 de março de 2018.

Sobre os autores

Cleiton Costa Denez é doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: cleiton.denez@hotmail.com

Sérgio Fajardo é professor doutor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: sergiofajardo@hotmail.com

Márcia da Silva é professora doutora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: marcia.silvams@gmail.com

Introdução

Este trabalho discute a organização dos grupos político-partidários paranaenses a partir da forma, conteúdo e intencionalidades (Santos, 2008), e a territorialidade como resultado da disputa do territorial (Haesbaert, 2006; Raffestin; 1993, 2009; Saquet, 2004, 2009a, 2009b, 2010, 2011; Souza, 1995) por meio de revisão teórica, contextualização do período e dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Assim, o Paraná é considerado produto histórico da correlação e da contradição de forças dos vários grupos de poder sobre seu território; esses grupos seguem se organizando no estado, controlando o governo estadual, influenciando ou vetando decisões que produzem o território e favorecendo determinados segmentos em detrimento de outros (Silva, 2007).

Não se pretende aqui, retomar todos os períodos políticos que contribuíram para a formação do território paranaense, por isso optou-se por uma breve contextualização no primeiro tópico (Bernardes, 1952; Costa e Ferreira, 1999; Fajardo, 2008; Gutierrez, 2006; Padis, 2006; Wachowicz, 2001) pelo período de pós-redemocratização – 1982 a 2010 –, enquanto no segundo tópico será reconstruída a conjuntura histórica da reorganização dos grupos políticos do Paraná pela via partidária e política (Codato e Cervi, 2006; Costa e Bolognesi, 2014; Laibida, 2015; Lima, 2006; Magalhães Filho, 1995; Oliveira, 2012; Silva, 2007).

Consolidaram-se, assim, segmentos das frações burguesas do estado, vinculados ao capital internacional e com aspectos tecnocráticos em torno de uma frente liderada por Jaime Lerner, que definiremos enquanto lernismo. Por outro lado, se agruparam representações das frações do capital local, segmentos da pequena burguesia, da classe médias nova e tradicional e dos movimentos sociais nos governos do PMDB nas décadas de 1980 – com José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião – e nas décadas de 1990 e 2000 – com Roberto Requião, ao qual chamaremos de requianismo.

Território e territorialidades de um Paraná em disputa

A princípio, o poder na antiga província do Paraná era partilhado ou disputado entre duas frações da classe dominante: os

comerciantes de gado juntamente com os grandes proprietários de terras, e os exportadores com o crescente aumento das indústrias de erva-mate. As duas atividades desenvolveram frações de uma burguesia incipiente, que serão os principais atores da evolução política do Paraná, com seus conflitos e acordos que resultam de seus diferentes interesses (Magalhães Filho, 1995).

A partir da segunda metade do século XIX, quando o Paraná já se emancipava enquanto província no ano de 1853, o território era marcado pelo predomínio, com boa parte do interior ocupado, de uma sociedade campeira e escravagista que construía seu poder econômico e político. Esse modelo era parte do processo de ocupação da frente conhecida como Paraná Tradicional, iniciado ainda no período colonial (Bernardes, 1952; Wachowicz, 2001).

A oligarquia agrária se afirmou na região conhecida como Campos Gerais, abrangendo municípios como Castro e Ponta Grossa, utilizando-se da exploração da pecuária extensiva com mão de obra escrava de meados do século XVIII, ainda no período colonial, até o ano de 1889 (Gutierrez, 2006). Esse modelo se expandiu, durante o século XIX, para outros espaços com a colonização de Guarapuava e Palmas, que também possuíam áreas de campos nativos.

Considerando as fases da economia paranaense, a atividade de pecuária extensiva, com ligações com o chamado tropeirismo, ainda que representasse grande parte da atividade produtiva do estado, passa a conviver, em meados do século XIX, com a atividade ervateira. Deve-se lembrar que a exploração profissional da erva-mate teve influência direta de empresas argentinas que se instalaram no Paraná (Fajardo, 2008; Padis, 2006; Wachowicz, 2001).

A partir do final do século XIX, imigrantes europeus chegam ao Paraná e se fixam em regiões de matas de araucária, ou seja, bem longe das áreas de campo já bastante exploradas por grandes fazendeiros (Costa e Ferreira, 1999). Por isso, a imigração não interferiu, inicialmente, nas disputas de poder no chamado Paraná Tradicional.

Nos Campos Gerais e em Guarapuava, os grupos vinculados à sociedade campeira acabam, em parte, participando da exploração da erva-mate. Concomitantemente, nas regiões ocupadas com matas de araucária é desenvolvida a exploração da madeira, que se constituiu como a terceira principal atividade econômica, junto à pecuária extensiva e à erva-mate (Fajardo, 2008).

Nota-se que essas atividades produtivas se constituíram como base da economia paranaense desde o século XIX até o início do século XX. Somente com a ocupação do norte do estado dirigida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), a partir da década de 1930, e com a posterior expansão da atividade cafeeira, sobretudo no chamado “norte novo” nas décadas de 1940 e 1950, é que esta atividade supera as anteriores em volume de capital e exportações (Padis, 2006). Esse processo criou, no norte do estado, um outro Paraná, igual em tamanho e população, porém, mais rico que o original, e o que é mais importante, socialmente diferente (Magalhães Filho, 1995). E então surge uma nova força política ao norte do estado com recursos, ou trunfos (controle da população, economia e apresentação de novos atores políticos) para disputar o estado do Paraná.

Porém, a ocupação do norte do Paraná e a cafeicultura, ainda que tenham representado um salto econômico e populacional para o estado, tiveram seu espaço de influência política restrito aos grupos econômicos que participaram diretamente dessa exploração. A região da capital paranaense, bem como outras áreas como os Campos Gerais, e espaços mais ao sul do estado, permanecem fortemente alicerçada em grupos ligados à sociedade campeira, ervateira e madeireira. Esse quadro sofre alterações a partir de meados do século XX, quando a economia paranaense começa a se diversificar com novos grupos econômicos e políticos, alguns oriundos de fluxos migratórios mais recentes, chamados “capitalizados”, como os dos Países Baixos na região de Castro que difundiram a produção leiteira por cooperativas.

Outras regiões, como o sudoeste, tiveram forte influência do fluxo migratório originário do Rio Grande do Sul, e, especificamente, a região mencionada foi uma área com intensos conflitos agrários, envolvendo madeireiras, empresas de colonização e camponeses (Battisti, 2006). As características sociais e econômicas diferentes do norte do Paraná em relação ao Paraná Tradicional também ocorrem simultaneamente no oeste e sudoeste.

Até a década de 1950, o Paraná era caracterizado por uma economia baseada nas atividades agropecuárias tradicionais. A transformação começa a ocorrer com os processos de modernização, industrialização e agroindustrialização nas décadas seguintes (Fajardo, 2008).

O crescimento urbano, principalmente de Curitiba, possibilitou o desenvolvimento de uma pequena burguesia formada por comerciantes, pequenos industriais, artesãos e profissionais liberais e de funcionários públicos. Com a expansão da indústria ervateira e madeireira surge a classe operária, de origem europeia, que carregava a experiência da lutas de classe e a cultura operária de origem na conquista e defesa de seus interesses, embora os direitos trabalhistas eram completamente desconhecidos e coibidos pelo Estado brasileiro. Desse modo, a consolidação do território paranaense se deu sob controle estatal de uma minoria de grupos que se sobrepujaram sobre os outros.

Assim, o território é um “campo de força”, uma “dimensão do espaço social”, e por isso ele é “intangível” e “intocável” (Souza, 1995, 66), ele é imaterial, porém, é a expressão espacial sobre o espaço. No campo de força há relações de poder envolvendo conflitos e disputas guiadas por interesses que estabelecem a delimitação do território sobre determinada área, até onde vai a influência dos atores que o produzem por meio das relações que estabelecem. Essa é a formação do território paranaense, por um “campo de força” envolvendo conflitos, disputas e interesses divergentes que se consolidam na sociedade e no território ao longo do tempo.

O território é demarcado pelo processo histórico, por uma ação que exerce poder sobre uma área e a ela agrega valor. É “um espaço onde se projetou trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (Raffestin, 1993, 144). O norte do Paraná, dessa maneira, é um espaço onde se projetou trabalho, energia e informação durante seu processo de formação, e as relações estabelecidas nesse espaço revelam as relações de poder existentes e assim as territorialidades.

O território pode ser classificado como espaço apropriado por grupos humanos que utilizam seus recursos e lhe estabelecem características culturais, inseridas as relações de poder e conflitos que o envolvem. “O território é assim produto desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço, ora conjugando, ora desconectando forças contraditoriamente articuladas” (Haesbaert, 2006, 121).

Essas mudanças, vistas como uma multiplicação de novos agentes sociais e atores políticos, em que os já existentes passam por mudanças na sua forma de inserção no contexto político estadual e na produção de tessituras na malha paranaense (Magalhães Filho, 1995; Raffestin, 1993). E assim, também novos grupos de poder e suas territorialidades se evidenciam, como na ocupação por diferentes frentes, produzindo a partir deste critério três Paranás, onde cada frente de colonização – Tradicional; norte e sudoeste – produzem territorialidades segmentadas e compartimentadas no território paranaense. A territorialidade, então, é criada no seio do território e expressa diferentes identidades, divergências e contraposição de forças, isto mediante as várias relações que ocorrem na mesma área, ou seja, ela acontece por meio das relações que se produzem no dia a dia ao se constituir um território e que se reproduzem em seu interior ao longo do tempo (Saquet, 2004, 2009a, 2009b, 2010, 2011). Assim, “se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder” (Raffestin, 1993, 161-162).

Os processos mencionados neste tópico dá ao leitor embasamento para compreender as diversidades e territorialidades do Paraná atual. É evidente que há muito a ser considerado, como as relações de poder que se estabeleceram em outros períodos. Porém, nossa opção é compreender a disputas que se processaram no território paranaense pós-regime militar, em uma nova etapa de organização da sociedade e do território em questão, que se desdobrará no próximo tópico.

Paraná em disputa: Requião versus Lerner

O novo período, pós-redemocratização da década de 1980 é polarizado por dois grandes grupos políticos ou frentes no Paraná, que são sustentados por outros grupos menores que se articulam de acordo com o momento político-eleitoral em torno de uma candidatura ao governo do estado. “O estudo das elites políticas paranaenses e suas opções quanto ao desenvolvimento econômico do estado nas últimas duas décadas mostram que há dois grupos definidos, ideologicamente, alternando o poder” (Lima, 2006, 122).

Denominaremos uma frente de requianista e a outra de lernista, levando em conta os aspectos de cada agrupamento, que não são

formados apenas por partidos, mas por segmentos e agentes sociais (Magalhães Filho, 1995; Lima, 2006); por traços personalistas dos governantes (Cervi, 2006) e por traços de influência familiar na composição das frentes e agrupamentos e das elites políticas (Oliveira, 2003).

Podemos definir o requianismo: “pautando suas estratégias no desenvolvimento autônomo, com incentivo ao empresariado local, bem como, grandes investimentos em infraestrutura oriundos dos cofres públicos e privilegiando a implantação de projetos ligados à área social” (Lima, 2006, 122). Já o Lernismo: “possui como característica a defesa de ações voltadas a projetos modernizadores e industrializantes de cunho liberal, não demonstrando preocupação efetiva com as chamadas demandas sociais” (Lima, 2006, 122). Porém, é necessário compreender alguns antecedentes da formação dos dois grupos, ou frentes, no Paraná, com a reconstituição da conjuntura histórica do período, levando em conta as particularidades da sociedade e do território.

Jaime Lerner, nomeado¹ prefeito de Curitiba em 1971 pela Aliança Renovadora Nacional (Arena)², em parceria com o governo Ney Braga, promove uma política voltada à atração de investimentos industriais com o projeto Cidade Industrial de Curitiba (CIC), em 1973, unindo interesses da classe política dirigente e do empresariado (Lima, 2006).

Roberto Requião, eleito presidente da capital, em 1985, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)³, assegurasse por ser “um velho conhecido dos empresários paranaenses ligados a Jaime Lerner e Cássio Taniguchi, ambos personagens centrais

1. O Ato Institucional nº. 3, de 5 de fevereiro de 1966, determinou eleição indireta pela maioria absoluta das Assembleias Legislativas para governadores e a nomeação de prefeitos das capitais pelos governadores mediante aprovação das Assembleias Legislativas.
2. O Ato Institucional nº. 2, de 27 de outubro de 1965, extinguiu o pluripartidarismo, entre outros atos, estabelecendo um sistema bipartidário, com a frente governista do Regime Militar, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a frente oposicionista com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Magalhães Filho (1995) lembra que mesmo denominados como partidos, possuíam caráter de frente por não representar a diversidade das classes e o papel de interlocução.
3. A Lei Federal nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979 reabre o sistema pluripartidário, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passa a se chamar Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e os quadros da Aliança

na implantação do projeto CIC” (Lima, 2006, 116). Assim, é possível analisar o antagonismo na forma, conteúdo e intencionalidades entre o que chamaremos de lernismo e requianismo (Santos, 2008).

O mandato de Requião na prefeitura curitibana, derrotando Jaime Lerner, contrariava várias entidades empresariais, que surgiram exatamente no período em que ele estava na prefeitura. “Tais entidades entendiam o discurso estatizante e nacionalista de Roberto Requião como um inimigo a ser combatido” (Lima, 2006, 116-7). É importante salientar que o antagonismo das frentes políticas se desdobrará na organização do território e da sociedade por meio das territorialidades expressas pelos grupos. A contextualização histórica da ascensão do lernismo e requianismo é a própria expressão das territorialidades se projetando sobre o território ao longo do período.

Após o governo municipal de Requião, com término em 1988, Lerner é eleito prefeito da capital paranaense pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT)⁴ abrindo um longo ciclo lernista em Curitiba com a continuidade e com o mesmo projeto político de Lerner no período 1988 a 2012, consolidando uma hegemonia lernista na capital paranaense com Rafael Grega (PDT); Cássio Taniguchi (PDT/PFL) e Beto Richa (PSDB), interrompido pelo mandato de Gustavo Fruet (PDT/PT) de 2013 a 2016, porém logo retomado por Rafael Grega em 2017 (PMN/PSDB).

A vitória de José Richa (PMDB) em 1982, no enfretamento a Saul Raiz do Partido Democrático Social (PDS) ao governo do estado e de Álvaro Dias (PMDB) contra Ney Braga (PDS) ao senado, representam a maior força política da época, simbolizando a renovação em relação ao regime militar e do norte do Paraná sobre o Paraná

Renovadora Nacional passam a compor o Partido Democrático Social (PDS) e abre a possibilidade de criação de outros partidos, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Popular (PP).

4. Jaime Lerner mesmo compondo a antiga Arena, partido governista do regime militar, migra com parte dos grupos conservadores para o progressista e trabalhista PDT de Leonel Brizola, em vez do PDS, partido que recebe a maior parte dos apoiadores do regime militar, que era liderado no Paraná pelo ex-governador Ney Braga que não deu espaço para grupos vinculados a Lerner por questões locais que se abrigaram no PDT até 1998, quando Lerner se reelege ao governo pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

Tradicional. A mudança do perfil econômico de uma cidade ou simplesmente o aumento da população urbana poderia constituir-se em uma importante variável para justificar o avanço, ou não, do PMDB nos municípios do Paraná e ampliação da democracia com a distribuição dos recursos entre diferentes grupos e novas territorialidades no estado, como destacamos anteriormente com a ocupação do norte do Paraná (Codato e Cervi, 2006; Dahl, 2012, Saquet, 2010).

A ascensão do PMDB no Paraná, a partir de 1982, levou ao poder as frações representativas do capital local, segmentos da pequena burguesia e das classes médias novas e tradicionais, bem como representantes de muito dos movimentos sociais e a abertura para representantes da agroindústria e cooperativas (Magalhães Filho, 1995).

A vitória de José Richa abre um ciclo que podemos caracterizar enquanto emedebismo⁵, que será a base para o desenvolvimento do que chamaremos aqui de requianismo enquanto o núcleo duro de aplicação de um programa estatista e de bem-estar social que encontrará sua contraposição no lernismo de caráter neoliberal. Então, o governo José Richa (PMDB) “passa a aplicar uma política econômica que resultou numa alteração na dinâmica da economia paranaense, dando ênfase à agroindústria e substituindo o discurso até então utilizado pelo Executivo que se pautava pela atração de multinacionais” (Lima, 2006, 113).

Em 1986, Álvaro Dias (PMDB) se elege governador contra Alencar Furtado do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), em uma coligação com o Partido Democrático Trabalhista e o Partido da Juventude (PJ), mantendo o ciclo emedebista no bloco de poder. Porém, no final do governo Dias, o emedebismo pautado em uma política de estado de bem-estar social entra, supostamente, em

5. O PMDB se constituiu como partido após o pluripartidarismo pós-regime militar, anteriormente se denominava como frente política oposicionista ao regime como Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No período democrático o partido ganhou característica regional e até fisiológica nacionalmente; no Paraná devido à liderança de Requião o partido se consolidou no subsistema eleitoral da unidade federativa, chamado pelo líder de “MDB velho de guerra” em referência ao combativo MDB do regime militar. Em 2017, devido ao desgaste político, a sigla volta a ser denominada de MDB. Trataremos aqui o emedebismo, no Paraná, enquanto agrupamento do fim e pós-político pós-regime militar que dará as bases para o que tratamos como requianismo.

declínio pela crise de financiamento público com o esgotamento do modelo Keynesiano.

O discurso de um “Paraná moderno” leva ao governo Álvaro Dias à incorporação de pautas liberais com base na contenção de despesas e privatizações. “Álvaro Dias, mesmo sendo da base histórica peemedebista e que tinha por linha a defesa de maiores investimentos na área social [...] alterou seu discurso para privatização, liberalização e ataque ao funcionalismo público” (Lima, 2006, 116). Álvaro abre ainda no PMDB os caminhos para um estado neoliberal no Paraná, embora este só venha a se consolidar de fato, futuramente, nos governos Lerner.

Em 1990, Roberto Requião é eleito no enfretamento a José Carlos Martinez pelo “collorido” Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em uma coligação com o Partido da Democracia Cristã (PDC), Partido Social Cristão (PSC) e o Partido da Frente Liberal (PFL). José Richa também participa desse pleito, agora pelo recém-criado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), dissidência socialdemocrata do PMDB, porém, não chega ao segundo turno (Magalhães Filho, 1995).

“A eleição de Requião para o governo do estado retardou o avanço liberal, uma vez que o governador eleito priorizou programas pautados pelos investimentos públicos centralizados como o Panela Cheia e o Bom Emprego Fiscal” (Lima, 2006, 116). Requião, a partir de uma gama de programas governamentais, como ‘Bom Emprego’, ‘Casa da Família’, ‘Força Rural’, ‘Panela Cheia’, ‘Patrulha Escolar’, ‘Projeto Povo’ etc. O governo Requião restabelece as bases do emedebismo, que se consolida pelo viés personalista (Cervi, 2006) em requianismo substituído pelo neoliberal lernismo em 1994. Dessa forma, é possível verificar que “ambos os discursos, como demonstram os resultados eleitorais, possuem ressonância na sociedade paranaense, haja vista a alternância de poder verificada nas últimas duas décadas” (Lima, 2006, 122).

Em 1994, Jaime Lerner (PDT) é eleito governador, contra Álvaro Dias pelo Partido Progressista (PP), colocando fim ao ciclo emedebista no Paraná, que se mantinha desde 1982 se alternando com o requianismo no bloco de poder. Dessa forma, o governo Lerner de base neoliberal é eleito por uma coalizão de PDT/PTB/PFL/PSDB representando frações da burguesia vinculadas ao capital internacional (Magalhães Filho, 1995).

Se desenvolve nesse período a discussão do setor automotivo atrelado ao Estado, onde as estratégias da tecnocracia lernista deu sustentação a um modelo de regulamentação neoliberal. Assim, a premissa de que um Estado neoliberal não seria o conhecido “Estado mínimo” (Oliveira, 2003). Esse é o contexto do período Lerner, um “Estado máximo” para oferecer a infraestrutura e as condições necessárias para o capital internacional e o “Estado mínimo” para as políticas sociais, como a aplicação da lógica empresarial no ensino, que contribuíram, significativamente, para a crescente precarização da escola pública paranaense, promovendo a adequação da educação às relações sociais, políticas e econômicas da mundialização do capital (Sapelli, 2003).

O processo de desregulamentação neoliberal ainda contribuiu para o endividamento do estado para cumprir os protocolos realizados com o capital internacional que se estabeleceria na Região Metropolitana de Curitiba (Renault, Chrysler e Audi/Volkswagen). A dívida do estado que em 1994 era de R\$ 1,39 bilhão, saltou, num prazo de quatro anos, para R\$ 6,15 bilhões e em 1999 a dívida ultrapassava os R\$ 10,6 bilhões (Oliveira, 2003). Para arcar com o endividamento e cumprir o acordado com as empresas, a tecnocracia lernista seguiu o receituário do FMI e do Banco Mundial, com “privatização das empresas e serviços públicos e adoção de uma política de abertura comercial” (Oliveira, 2003, 134). Foram realizadas, ainda, tentativas de empréstimo pelo governo Lerner, barradas pelos senadores opositores Roberto Requião (PMDB) e Osmar Dias (PSDB).

Após aprovada a reeleição para os cargos do executivo, o desejo de Lerner era se transferir para o PSDB de FHC. Porém, devido a interferência de Sergio Mota, ministro das telecomunicações de FHC, ligado ao ex-governador Álvaro Dias, derrotado por Lerner em 1994, conseguiram barrar a adesão de Lerner ao PSDB, que migrou para o mais próximo aliado tucano, o Partido da Frente Liberal⁶.

No PFL, o Governador Jaime Lerner se reelege em 1998 no primeiro turno com 52% dos votos, contra 46% do ex-governador

6. Ney Braga foi o único político paranaense a assinar o manifesto de fundação da frente liberal em 1984. Como ele não participou mais de eleições depois de 1982, os liberais/conservadores procuraram outras legendas que contassem com

Roberto Requião (PMDB), consolidando os interesses do capital internacional e o modelo neoliberal no estado nesse período em parceria com governo federal de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), também reeleito. Segmentos representativos do empresariado paranaense foram isolados e não receberam vantagens políticas e fiscais semelhantes aos grupos internacionais recém-chegados. Nesse contexto, a política industrial lernista “não teve a preocupação de defender as empresas paranaenses do crescente processo de internacionalização a que se submeteram” (Oliveira, 2003, 137).

As privatizações das empresas estatais defendidas arduamente como sinônimo de modernidade e eficiência administrativa, a lógica empresarial do ensino público (Sapelli, 2003), a concessão das rodovias para o pedágio, o alto investimento em publicidade – que chegou a R\$ 334,8 milhões só no período de 1994-1998 – e a criminalização dos movimentos sociais caracterizavam o governo Lerner (Oliveira, 2003).

Ao final do mandato de Jaime Lerner, em 2001, as políticas neoliberais desgastaram o lernismo, desdobrando-se na falta de quadros políticos que se destacassem para encabeçar o PFL e levar adiante o projeto ou os partidos aliados para o pleito de 2002. Beto Richa, filho do ex-governador José Richa e vice-prefeito de Curitiba, foi lançado pelo PSDB em uma coligação com os partidos da base do Governador Jaime Lerner. Porém, Beto Richa negou o lernismo devido ao desgaste das políticas neoliberais, mesmo herdando as bases e o núcleo duro do mesmo.

No primeiro turno, Álvaro Dias (PDT) pela coligação Vote 12 (PDT, PTB, PTN⁷, PPB⁸, PRP⁹, PTdoB¹⁰) recebeu 40% dos votos; Requião (PMDB), sem coligação 26,18%; Beto Richa (PSDB), coligação Paraná de Todos Nós (PSDB, PFL, PSL¹¹, PAN¹²) 17,7%;

lideranças com o mesmo prestígio e/ou influência, em que o PDT e o PTB receberam grande parte dos políticos remanescentes da Arena (Codato e Cervi, 2006; Magalhães Filho, 1995). Em 28 de março de 2007, o partido aprovou mudança estatutária alterando o nome para Democratas (DEM).

7. Partido Trabalhista Nacional.
8. Partido Progressista Brasileiro.
9. Partido Republicano Progressista.
10. Partido Trabalhista do Brasil.
11. Partido Social Liberal.
12. Partido dos Aposentados da Nação.

Pe. Roque (PT), coligação Renova Paraná (PT, PHS¹³, PCB¹⁴, PCdoB¹⁵, PL¹⁶) 16,37%; Rubens Bueno do Partido Popular Socialista (PPS), coligação Vote Limpo 23 (PPS, PV) 7,04%; os demais não chegaram a 1%.

Cabe lembrar os laços de parentesco presentes na política paranaense: “muitas vezes as conexões e os capitais sociais e políticos são acumulados ao longo de diversas gerações” (Oliveira, 2012, 125). Como o caso de Beto Richa, enquanto filho do ex-governador José Richa; Osmar Dias, irmão de Álvaro Dias possui antepassados que ocuparam cargos políticos no estado. Fato evidente a cada pleito no Paraná e que Oliveira (2012) descreve é que os ricos e poderosos possuem posições privilegiadas pela participação nos diferentes espaços de poder do Estado, que muitas vezes são conquistados pela rede de parentesco.

Na eleição citada, o lernismo esteve fragmentado e dividido entre as candidaturas de Álvaro Dias (PDT) e de Beto Richa (PSDB). Os antecedentes de Álvaro Dias demonstram sua inclinação para as políticas liberais lideradas pelo lernismo, porém no episódio de privatização da Copel, quando senador pelo PSDB, formou bloco contrário, junto ao senador Osmar Dias (PSDB) e ao senador Requião (PMDB); os dois primeiros foram punidos pela legenda, obrigados a migrar para o PDT. E ainda cabe lembrar que Beto Richa, pela associação familiar com José Richa, que abriu o ciclo emedebista no Paraná, não deixou clara a inclinação para a herança lernista ao adotar o discurso de novidade e modernidade, embora tal discurso sempre se voltou no Paraná para políticas liberais e de mercado.

A disputa de 2002 vai para o segundo turno e Roberto Requião (PMDB) se elege com 55,15% dos votos, derrotando Álvaro Dias (PDT) com 44,85% dos votos em uma das eleições mais disputadas do estado. A virada de Requião é consequência da aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT) no segundo turno, onde Requião é arrastado pela “onda Lula” para a vitória. O lernismo se fragmenta apoiando ambas as candidaturas, porém, o bloco neoliberal e setores mais conservadores optam por Álvaro Dias (PDT).

13. Partido Humanista da Solidariedade.

14. Partido Comunista Brasileiro.

15. Partido Comunista do Brasil.

16. Partido Liberal.

Com a vitória de Roberto Requião se altera o bloco de poder no estado, que é composto por uma aliança diversa e ampla, porém, formada por grupos progressistas e pelo PT que acaba ocupando grande parte das secretárias de estado. Quando Requião assumiu pela segunda vez o governo do estado, deixou bem claro que não daria continuidade aos programas neoliberais de Jaime Lerner. Então, o governo Requião produziu uma inversão na lógica de condução do estado, priorizando a política de descentralização e um modelo de governo direcionado a questões sociais (Resende, 2007).

As características principais do requianismo são ação do Estado e políticas sociais: “a maioria das políticas públicas implementadas pelo político Roberto Requião no Paraná está moldada mais no modelo do capitalismo dirigido (*Welfare State*) do que no modelo neoliberal” (Laibida, 2015, 171). Portanto, é possível verificar no Paraná a alternância de um modelo liberal *versus* um modelo estatal, representados, respectivamente, pelo lernismo e pelo requianismo.

Em 2006 a eleição para o governo levou o nome de Roberto Requião para reeleição e Osmar Dias (PDT) como oposição, agrupando as frações de classes anteriormente ligadas a Lerner. Essa eleição foi a mais acirrada do estado demonstrando uma rearticulação do lernismo em torno de Osmar. No primeiro turno Requião recebeu 42,81%; Osmar Dias (PDT) 38,6%; Flávio Arns (PT) 9,35%; Rubens Bueno (PPS) 8,07%; o restante dos candidatos não chegou a 1%. No segundo turno, Requião é reeleito com uma diferença de 10.479 votos, recebendo 50,1% dos votos, contra 49,9 de Osmar Dias. Nos dois últimos mandatos, Requião, novamente, desenvolveu diversos programas governamentais – ‘Luz Fraterna’; ‘Leite das Crianças’; ‘Tarifa Social’; ‘Primeiro Emprego’; ‘Paraná Digital’; ‘Fera’; ‘Com Ciência’; ‘PDE’; ‘Área Livre de Transgênico’ etc. – que reforçam os aspectos do requianismo.

Em 2010, os grupos políticos do Paraná são polarizados em torno de duas candidaturas, e dessa vez Requião optou por aliança com seu antigo aliado e recente adversário Osmar Dias (PDT); o PT também optou por uma aliança com Osmar, alternando a posição do PDT mais uma vez, entre o lernismo e o requianismo. “O movimento incessante do PDT entre estes dois blocos é a contraface da estruturação do sistema, que reserva uma dose de abertura e entrada e saída nos blocos” (Costa e Bolognesi, 2014, 221). A família Dias e o PDT formavam o terceiro elemento da disputa estadual,

que funciona como intermediário entre o lernismo e o requianismo, ora aglutinando um ora outro em períodos de transição, talvez pela incapacidade de formulações de política, promoções de candidatura, fisiologismo e o posicionamento atenuado entre os dois blocos. O PDT no Paraná foi ocupado tanto por Lerner, como pela família Dias; e Álvaro e Osmar, saltaram entre os dois blocos muitas vezes, apresentando uma trajetória em estilo “zigue-zague” entre o requianismo e o lernismo (Costa e Bolognesi, 2014).

Na oposição, mais uma vez os grupos que estavam no bloco de poder no período Lerner se articulam em unidade, dessa vez em torno da candidatura de Beto Richa (PSDB). Com o discurso de ‘choque de gestão’ e ‘modernidade administrativa’ e pela polarização com apenas duas candidaturas, Beto Richa (PSDB) é eleito no primeiro turno alternando o bloco de poder do estado em benefício das frações burguesas do grande capital e do capital internacional, assim como no período Lerner.

É possível verificar que Richa aglutinou em torno do PSDB os grupos políticos que se articulavam ao redor de Jaime Lerner, possibilitando a reconstituição do lernismo. “Durante a campanha eleitoral do ano passado, o governador Beto Richa rechaçou a ‘acusação’ de ser lernista. Mas o início de seu mandato guarda semelhanças profundas com o começo da gestão de Jaime Lerner no governo estadual” (Moser, 2018). Mesmo recusando a herança lernista, ele demonstra ter vinculações, secretariado e decisões políticas semelhantes ao governo Jaime Lerner; embora tenha tentando mascarar durante o período eleitoral, o governo Beto Richa tem claramente atores, agenda e políticas públicas voltadas ao neoliberalismo, antes encampadas por Lerner, o que também é percebido pela mídia, já que uma matéria da *Gazeta do Povo* sobre o político recebe o título de: “Sim, é lernista”.

O lernismo enquanto conjunto de políticas neoliberais voltadas a segmentos empresariais vinculados ao capital internacional sobreviveu sem a figura de referência e o personalismo, adaptando-se a uma nova liderança; a criatura, assim, supera o criador. Resta saber se o requianismo da mesma forma, pós-período Beto Richa encontrará um novo aglutinador ou se teremos o esgotamento de uma ou outra frente, ou até mesmo um novo período que supere as duas frentes políticas que vêm se alternando na disputa do território paranaense.

Conclusão

Com a redemocratização pós-bipartidarismo são criados novos partidos políticos no país – devido ao tempo e aos novos arranjos sociais, já não é mais possível reproduzir os antigos partidos anteriores ao regime militar. Como consequência à rejeição e ao desgaste do regime militar, o PMDB se expande no estado, mantendo hegemonia até 1994. Com os governos José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião, o partido se abre a diferentes segmentos aceitando filiações de diferentes setores e ideologias e acaba cumprindo funções de cunho eleitoreiro pautadas no clientelismo, e não na representação de classes com sua exagerada expansão entre esses anos.

Em 1994, o grupo tecnocrático do período militar liderado por Jaime Lerner retorna ao Palácio Iguazu, ligado a porções da grande burguesia e do capital internacional, impondo ao estado oito anos de políticas neoliberais, reduzindo o papel do estado no contexto social e ampliando o fomento de implantação de transnacionais do setor automotivo na região metropolitana de Curitiba. Na eleição de 2002, Requião volta ao poder dando preferência aos programas sociais e fortalecimento do estado em detrimento das políticas neoliberais que se alteram novamente com eleição de Beto Richa em 2010, pelo PSDB em uma aliança com partidos conservadores/liberais ligados ao antigo bloco de poder de Jaime Lerner.

As atividades econômicas subsidiam as relações sociais e a produção e organização da sociedade em classes, setores e, consequentemente, grupos de poder que se utilizam de partidos políticos para mediar, representar e defender seus interesses. As diferenças que se estabelecem no interior de um território pelos grupos que disputam poder entre si podem ser compreendidas pelas territorialidades. Para impor e legitimar o exercício do poder, os grupos políticos se utilizam de práticas e ideologias, que justificavam a relação de subordinação entre os que mandam e os que obedecem.

Por fim, a interpretação das relações que perpassam e se estabelecem pelo Estado contribui para entender além da lógica unidimensional, com as contradições internas que movem a sua organização e dos territórios que produzem e controlam. Compreender os dois principais grupos que se alternaram no poder no estado possibilita compreender o Paraná enquanto território, marcado por disputas,

divergências e conflitos de grupos que possuem territorialidades específicas.

Referências

- BATTISTI, E. (2006). As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. *Campo Território: revista de geografia agrária*, vol. 1, n. 2, p. 65-91.
- BERNARDES, N. (1952). Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 14, n. 4, p. 427-456.
- CERVI, E. U. (2006). Os processos de institucionalização partidária no sistema político subnacional: PDT do Paraná entre 1987 e 2002. In: NAZZARI, R. K. (org.). *Partidos no Brasil*. Cascavel: Edunioeste.
- CODATO, A. N.; CERVI, E. U. (2006). Institucionalização partidária do Paraná: uma discussão empírica a partir do caso do PFL no Paraná. In: CODATO, A. N.; SANTOS, F. J. *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Edição Comemorativa: 60 anos. Curitiba: TRE, 2006.
- COSTA, D. R. F.; FERREIRA, Y. N. (1999). Paraná: geopolítica imigrantista e a formação territorial. *Geografia*, vol. 8, n. 2, p. 143-148.
- COSTA, L. D.; BOLOGNESI, B. (2014). O sistema partidário no Paraná: do personalismo à estruturação. *Revista Debates*, vol. 8, n. 1, p. 221-243.
- DAHL, R. (2012). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.
- FAJARDO, S. (2008). *Territorialidades corporativas no rural paranaense*. Guaruapuava: Unicentro.
- MOSER, S. (2011). *Sim, é lernista*. Disponível em: [<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/sim-e-lernista-dg6tlh40mm1g5cvbcihrzml3i>]. Acesso em 22 jul. 2018.
- GUTIERREZ, H. (2006). Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. *História*, vol. 25, n. 1, p. 100-122.
- HAESBAERT, R. (2006). *Territórios alternativos*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- LAIBIDA, D. C. R. (2015). “*Requião tem razão?*” *Homem político e discursos: um estudo sobre a trajetória política de Roberto Requião de Mello e Silva*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- LIMA, E. P. S. (2006). O Neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico. *Revista de História Regional*, vol. 11, n. 1, p. 109-124.
- MAGALHÃES FILHO, F. (1995). Agentes Sociais no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 86, p. 3-33.

- OLIVEIRA, R. C. (2012). *Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Curitiba: Insight.
- OLIVEIRA, V. L. (2003). Estado, empresariado regional e o setor automotivo do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n. 105, p. 125-140.
- PADIS, P. C. (2006). *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Iparades.
- RAFFESTIN, C. (2009). A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: Unesp.
- _____. (1993). *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França Lourenço. São Paulo: Ática.
- RESENDE, D. C. (2007). *Elementos decisivos na construção da posição e ação política de Roberto Requião de Mello e Silva*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: [<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/41026/R%20-%20T%20-%20DAIANE%20CARNELOS%20RESENDE%20LAIBIDA.pdf?sequence=2>]. Acesso em 31 ago. 2018.
- SAPELLI, M. L. S. (2003). O governo Lerner e a crescente precarização da escola pública no Paraná (1995-2002). In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 1., 2003, Casvavel. *Anais...* Cascavel: Unioeste. Disponível em: [<http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Educacao/eixo4/14marleneluciasiebertsapelli.pdf>]. Acesso em 31 ago. 2018.
- SANTOS, M. (2008). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp.
- SAQUET, M. A. (2004). O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste.
- _____. (2009a). “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.) *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: Unesp.
- _____. (2009b). Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: Unesp.
- _____. (2010). *Abordagens e concepções de território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. (2011). *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões.

- SILVA, M.** (2007). *Análise política do território: poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná*. Guarapuava: Unicentro/Fundação Araucária.
- SOUZA, J. M. L.** (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; *et al.* *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- WACHOWICZ, R. C.** (2001). *História do Paraná*. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.